

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA (HOSPITAL MARIA LUCINDA)** é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter beneficente, de assistência social à criança, o adolescente, ao adulto e ao idoso, com atividade preponderante na área da Saúde. Fundada em 09/06/1929, é declarada utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.446 de 18/10/68, utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 787 de 07/01/1963 e Municipal pela Lei nº 15.309 de 05/12/1990.

Segundo o estatuto social da Fundação Manoel da Silva Almeida os conselhos, curador, conselho diretor e conselho fiscal não serão remunerados. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, não poderá, em qualquer hipótese, ser distribuído nem destinado para qualquer fim estranho ou diferente daquele que objetiva.

Relacionamos a seguir a descrição de cada unidade (Contratos de Gestão):

Unidade	Local	Contrato de Gestão
Upa Caxangá	Recife – PE	003/2010 DGAJ/SES
Upa Nova Descoberta	Recife – PE	002/2011 DGAJ/SES
Hospital Regional de Palmares	Palmares – PE	003/2011 DGAJ/SES
Hospital Ermírio Coutinho	Nazaré da Mata – PE	005/2011 DGAJ/SES

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de preparação

Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo.

Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas com a Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e a Resolução do CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucros. A seguir são descritos sumário destas práticas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
- b) Estoques - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, material de laboratório, material odontológico, filmes, gênero alimentício, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório.
- c) Créditos a Receber - Os Créditos a receber de convênios são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.
- d) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
- e) Fornecedores – São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.
- f) Empréstimos e Financiamentos – Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota 11.
- g) **Receitas e Despesas** – O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas dos convênios e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.



h) Demonstração dos Fluxos de Caixa - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

i) Demais Ativos - estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

j) Demais Passivos - Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k) Patrimônio Social - É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.

l) Superávit ou Déficit apurado pelo regime de competência do exercício;

m) Instrumentos Financeiros - A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar e outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

n) Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses.

o) Tributação – A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.

p) Contratos de Gestão: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2018	2017
Fundo Fixo	18.700	18.700
Caixa	450	450
Banco Conta Movimento	513.339	4.915.933
Aplicações Financeiras	6.140.020	6.058.388
TOTAIS	6.672.509	10.993.471

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

5. CRÉDITOS A RECEBER, ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

	2018	2017
Créditos de Convênios	1.582.578	1.694.712
Créditos de Pacientes SUS	1.073.529	1.328.739
Créditos c/ Hemodiálise	1.144.450	1.150.777
Créditos c/ pacientes UTI	973.016	1.364.010
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA Caxangá (*)	2.587.199	2.584.872
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA Nv Descoberta (*)	1.582.539	998.992
Créditos c/ Secretaria de Saúde Hospital Palmares (*)	5.992.266	3.616.635
Créditos c/ Secretaria de Saúde Hospital Nazaré (*)	2.921.328	1.625.583
Outras	1.374.342	451.375
TOTAIS	19.231.249	14.815.695

	2018	2017
Adiantamento de Ordenados	288.980	281.540
Adiantamento de Férias	339.921	242.077
Adiantamento de Tratamento Odontológico	34.293	34.174
Adiantamento de 13º salário	1.826	6.562
Adiantamento de Fornecedores	960.219	745.748
TOTAIS	1.625.240	1.310.099

(*) Durante o exercício de 2018 o total de gastos realizados em benefício do Hospital Regional de Palmares, do Hospital Ermírio Coutinho, da UPA Caxangá e da UPA Nova Descoberta, onde acumuladamente excederam em R\$ 5.992.266 R\$ 2.921.328 R\$ 2.587.199 e R\$ 1.582.539, respectivamente, do total orçado e repassado pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, através do contrato de gestão firmado com a Fundação Manoel da Silva Almeida.

Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que poderão vir a ser restituídos ou compensados pelos órgãos contratantes até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição.

Convênios SES:

Os valores individualizados a receber em 31 de dezembro de 2018 de cada um dos contratos de gestão ou convênios com órgãos públicos encontram-se apresentados de forma analítica na tabela abaixo:

	2018	2017
Convênios SES a Receber Hospital Palmares	19.239.772	0
Convênios SES a Receber Hospital Nazaré	24.481.156	0
Convênios SES a Receber UPA Caxangá	20.078.212	0
Convênios SES a Receber UPA Nova Descoberta	60.590.589	0
TOTAIS	124.389.729	0

LONGO PRAZO	2018	2017
Convênios SES a Receber Hospital Palmares	88.153.217	0
Convênios SES a Receber Hospital Nazaré	41.417.304	0
Convênios SES a Receber UPA Caxangá	4.419.710	0
Convênios SES a Receber UPA Nova Descoberta	16.489.104	0
TOTAIS	150.479.335	0

A Contabilização dos recursos públicos oriundos de Convênios e Contratos de Gestão seguem, rigorosamente as Leis 11.638/07, Lei 11.941/09 e, fundamentalmente, a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral).

De tal forma é oportuno dizer que os recursos públicos oriundos destes Convênios e Contratos de Gestão, são de uso exclusivo para executar despesas do contrato e assim, não prevêem superávit ou déficit como resultado. Conforme item 11 da ITG 2002 aplicado para esse tipo de recurso, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo.

A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão de convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar de longo prazo, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Convênios SES a receber - (Ativo Circulante e não Circulante) e Convênios SES a realizar (Passivo Circulante e não circulante).

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2018	2017
ISS a Recuperar	20.281	16.260
IRRF a Recuperar	485.577	637.838
INSS a Recuperar	151.746	139.555
PIS/Cofins/CSLL a Recuperar	30.213	29.336
PIS a Recuperar	24.634	24.634
FGTS a Recuperar	113.030	9.712
TOTAIS	825.480	857.336

7. ESTOQUES

	2018	2017
Drogas e Medicamentos	599.020	559.890
Materiais de uso do paciente	565.962	445.180
Gêneros Alimentícios	71.384	65.945
Produtos de Lavanderia	16.714	44.358
Produtos de Limpeza	32.202	22.036
Materiais de manutenção	56.078	57.780
Impressos e materiais didáticos	103.102	107.499
Materiais de laboratórios	28	145
Empréstimos Materiais Hospitalares	138.942	126.880
Materiais de Natureza Permanente	206.547	34.559
Combustíveis	308	1
Ortese e Prótese	442	84
Doação Mercadorias Apreendidas RFB	0	265.608
TOTAIS	1.790.729	1.729.965

Os bens existentes nos estoques foram inventariados e são avaliados pelo preço médio.

8. REALIZAVEL A LONGO PRAZO

	2018	2017
Deposito Judicial	161.514	169.359
Outras Contas A Receber – HML	46.144	37.875
Outras Contas A Receber – UPA CAXANGÁ	40	2.376
Outras Contas A Receber - UPA Nova Descoberta	247.841	247.679
TOTAIS	455.538	457.288

Outras Contas a Receber refere-se a valores/créditos a receber dos contratos de gestão administrados pela Fundação.



9. IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo valor de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, segundo taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens.

CONTAS	TX%	2018		2017	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Edificações	4%	10.535.392	1.196.333	9.339.058	9.674.069
Benfeitorias	4%	17.028	2.043	14.985	15.666
Terrenos		38.564.893	0	38.564.893	38.564.893
Aparelhos de medicina e cirurgia	10%	3.937.643	1.934.306	2.003.337	2.566.724
Instrumentos de medicina e cirurgia	10%	969.861	472.864	496.997	593.983
Equipamentos de proc. de dados	20%	218.224	137.841	80.383	75.858
Móveis e Utensílios	10%	1.273.998	466.504	807.494	853.050
Veículos	20%	379.316	254.503	124.813	200.676
Equipamentos de fisioterapia	10%	17.199	8.609	8.590	10.310
Equipamentos de comunicação	10%	2.660	664	1.996	2.262
Máquinas e Equipamentos	10%	3.003.153	1.125.791	1.877.362	1.633.592
TOTAIS		58.919.366	5.599.459	53.319.907	54.191.082

9.1 IMOBILIZADO DE TERCEIROS

CONTAS	TX%	2018		2017	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Equipamentos de proc. de dados	20%	61.197	12.239	48.957	0
Móveis e Utensílios	10%	234.896	23.490	211.407	0
Máquinas e Equipamentos	10%	312.144	31.214	280.929	0
TOTAIS		608.237	66.943	541.294	0

O imobilizado de uso das unidades gerenciadas pela Fundação através de Contratos de Gestão é composto por bens de terceiros, adquiridos com recursos destes contratos e convênios que no término da vigência contratual são devolvidos para o órgão parte da parceria. No exercício de 2018, após realização de inventário do ativo imobilizado realizado pela SEAF – Secretaria Executiva de Administração e Finanças, foram reconhecidos os valores do Ativo Imobilizado da Unidade UPA Caxangá.

10. FORNECEDORES

	2018	2017
Fornecedores de materiais e medicamentos	2.200.305	2.462.002
Fornecedores de serviços médicos – PJ	890.974	770.716
Fornecedores de serviços diversos	2.701.666	2.484.822
Fornecedores de serviços médicos – PF	987.429	1.245.900
TOTAIS	6.780.373	6.963.441

Representa as obrigações com fornecedores pela contratação de serviços médicos, e aquisição de materiais médicos, hospitalares e medicamentos.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Caixa Economica Federal	5.821.409	27.281.700	6.634.769	35.398.856
Grandes Armazéns do Recife	1.600.000	0	1.600.000	0
Outros	20.461	0	34.411	0
Encargos Financeiros a Vencer	(3.271.949)	(12.754.025)	(2.098.407)	(20.534.131)
TOTAIS	4.169.920	14.527.676	6.170.774	14.864.725

A Fundação em 2015 obteve um empréstimo junto a empresa Grandes Armazéns do Recife para quitação de algumas despesas. Em 07/12/2016 a Fundação contratou um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal com taxa de juros de 1,75 %a.m., carência de 6 meses, contados da sua assinatura e apropriados até a data do balanço, a ser amortizado em 114 parcelas mensais. O contrato prevê como garantia a cessão de direitos creditórios junto ao Ministério da Saúde em decorrência da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
Ordenados a Pagar	4.999.921	4.811.305
Rescisões a Pagar	11.384	37.834
Seguro de Vida a Pagar	7.101	11.073
Pensão Alimentícia a Pagar	7.905	5.012
Plano de Saúde- Ideal	1.451	0
Férias a Pagar	3.448	3.763
Plano de Saúde- Hapvida	30.899	27.618
13º Salario a pagar	1.507	0
TOTAIS	5.063.616	4.896.606

De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço.

13. PROVISÕES

	2018	2017
Provisões de Férias	7.686.172	7.658.297
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	614.329	612.614
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	291.736	282.034
TOTAIS	8.592.237	8.552.945

LONGO PRAZO	2018	2017
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	99.013	48.899
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	68.127	68.079
TOTAIS	167.141	116.978

Referem-se às Provisões Férias e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário de valores com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme pagamentos até a data do balanço.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
FGTS a Recolher	742.005	586.149
FGTS a Recolher (Parcelamento)	1.244.413	2.357.241
FGTS Passivo	2.653	91.772
INSS a Recolher	87.968	1.377.517
PIS a Recolher	353.770	7.200
Pis Parcelamento	2.307.986	37.104
Contrib. Sind. Assist. a Pagar	20.728	347.075
INSS Parcelamento	84.636	174.874
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento)	24.791	50.458
TOTAIS	4.868.950	5.029.390

LONGO PRAZO	2018	2017
INSS a Recolher (Parcelamento) LP	29.693	111.539
PIS a Recolher LP	1.051.831	290.644
PIS a Recolher (Parcelamento) LP	0	19.604
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento) LP	6.236	29.363
TOTAIS	1.087.760	451.151

No exercício de 2013 a Fundação assinou junto à Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento do FGTS no montante de R\$ 4.571.165,36, referentes às competências de 02/2012 a 02/2013.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2018	2017
ISS na Fonte a Recolher	359.603	575.609
IRRF a Recolher	1.766.337	1.703.781
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	152.682	182.559
Juros a Pagar	3.462	8.635
Multas a Pagar	11.791	28.645
Parcelamento de Impostos	87.009	168.596
TOTAIS	2.380.884	2.667.824

LONGO PRAZO	2018	2017
Juros a Pagar LP	0	2.332
Multas a Pagar LP	0	11.180
Parcelamento de Impostos LP	95.147	182.157
TOTAIS	95.147	195.669

O saldo do IRRF a recolher apresentado em 31.12.2018 se refere ao imposto retido sobre os salários de funcionários e sobre serviços prestados de terceiros.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2018	2017
Água a Pagar	1.865.463	1.421.936
Energia Elétrica a Pagar	1.449.282	1.302.128
Telefone a Pagar	18.688	13.018
Empréstimo Material Hospitalar	227.690	202.723
Trat. Odontológico – Funcionários	50.851	51.848
Aluguéis a Pagar	59.911	51.759
Cheque Devolvido	4.054	1.308
Empréstimo Consignado Caixa Econômica	62.668	83.512
Cheque a Pagar	301.588	540.276
Nefromais (Reforma)	0	33.112
Valores a Classificar	0	15.113
Empréstimo Consignado Santander	77.647	0
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	0	-7.797
TOTAIS	4.117.841	3.708.935

LONGO PRAZO	2018	2017
Outras Contas a Pagar – Upa Nova Descoberta	247.841	247.679
Outras Contas a Pagar – Upa Caxangá	40	2.376
Outras Contas a Pagar – Hospital Maria Lucinda	46.144	37.875
TOTAIS	294.024	287.930

Outras Contas a Pagar refere-se a valores/débitos a pagar entre Matriz x Filial e Filial x Filial.

17. CONVÊNIOS A REALIZAR (ver NOTA 5)

	2018	2017
Convênios SES a Realizar Hospital Palmares	19.239.772	0
Convênios SES a Realizar Hospital Nazaré	24.481.156	0
Convênios SES a Realizar UPA Caxangá	20.078.212	0
Convênios SES a Realizar UPA Nova Descoberta	60.590.589	0
TOTAIS	124.389.729	0

LONGO PRAZO	2018	2017
Convênios SES a Realizar Hospital Palmares	88.153.217	0
Convênios SES a Realizar Hospital Nazaré	41.417.304	0
Convênios SES a Realizar UPA Caxangá	4.419.710	0
Convênios SES a Realizar UPA Nova Descoberta	16.489.104	0
TOTAIS	150.479.335	0

18. ASPECTOS FISCAIS

A Fundação dispõe de certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde concedida às pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos através da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009. Tal certificação concede a entidade a isenção do pagamento de contribuições para seguridade social tratadas nos artigos 22 e 23 da lei nº 8.212 de 24 de junho de 1991, no que se

refere à parte patronal. No exercício de 2017 a Entidade foi beneficiada com isenção do pagamento da contribuição do INSS Patronal no montante de R\$ 22.825.516,20.

A Fundação possui também isenção tributária do imposto de renda e contribuição social, conforme disposto no art. 12 da Lei nº 9.532/97.

Em agosto de 2017 nos foi concedido a tutela de evidência referente ao que dispõe o art. 311, II do CPC, onde determina que a Receita Federal do Brasil suspenda a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, V, do CTN, no que concerne a contribuição do PIS sobre folha de salários, até o julgamento final da presente demanda. Por esse motivo o valor do PIS sobre a folha está provisionado no longo prazo.

19. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

O pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Portanto, seguindo as diretrizes desse pronunciamento, a Fundação, através de seu corpo jurídico, estabelece estimativas em relação aos desfechos dos processos civis e trabalhistas, classificando-os como prováveis possíveis e remotos. As estimativas prováveis devem ser reconhecidas como passivos. As possíveis não são registradas, mas devem ser evidenciadas em notas explicativas. Portanto, o montante total de estimativas consideradas **POSSÍVEIS** em relação aos processos civis foi de R\$ 2.806.885,00, em relação aos processos trabalhistas as **POSSÍVEIS** montante de R\$ 8.212.862,95.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2018	2017
Patrimônio Social	24.021	24.021
Ajuste de Exercícios Anteriores	841.256	-1.950.875
Ajuste de Valor Patrimonial	49.729.754	49.729.754
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	-20.236.390	-20.309.845
Superávit/Déficit do Período	616.522	2.024.329
TOTAIS	30.975.163	29.517.384

Patrimônio Social

O Patrimônio Social da entidade está formado pelos valores investidos inicialmente, conforme Escritura de constituição lavrada no 1º Ofício de Notas da Comarca do Recife, em 14 de março de 1946, pela reforma realizada por instrumento particular consoante deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 04 de agosto de 2001.

Ajuste de Exercícios Anteriores

Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2018, alguns lançamentos tendo como contrapartida direta a conta de ajuste de Exercício Anterior no patrimônio. Os ajustes referem-se, em sua maioria, à débitos e créditos prescritos a mais de cinco anos e foram baixados após análise e parecer da assessoria jurídica da Fundação

Ajuste de valor patrimonial

Os imóveis da entidade em vista da defasagem dos registros na contabilidade frente ao crescimento imobiliário da região, entendeu-se como necessário a avaliação.

Foi reconhecido os efeitos do custo atribuído, no exercício de 2014, com base em relatório de avaliação elaborado em conformidade com o ICPC 10 relacionado ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27.

Esse trabalho foi realizado por profissional habilitado, engenheiro, e foram aplicados procedimentos com base em dados coletados no mercado, em estudos técnicos, além de informações fornecidas por representantes da Fundação.

Déficit Acumulado e Superávit do Período

Em 2018 a Fundação fez uma reestruturação visando um aumento nas Receitas. Para isso foi necessário um Investimento expressivo o qual aumentou as despesas Financeiras da entidade, refletindo numa redução do superávit de R\$ 2.024.329,30 em 2017 para R\$ 616.522,35 em 2018.

21. RECEITA LÍQUIDA

	2018	2017
Receitas sem Restrição		
Receita com Pacientes Particulares	1.927.106	1.887.527
Receitas de Convênios	9.206.224	7.384.837
Receita com Paciente SUS	26.149.286	26.099.170
Receita com Hemodiálise	6.372.326	6.354.985
Receitas com UTI	6.449.496	7.405.141
Residência Médica	588.000	588.000
Preceptorial UNICAP	334.245	293.805
Doenças Raras	338.420	0
Gestão	214.253	556.084
Voluntário SAHIMA (b)	113.536	111.902
Doações	1.355.365	1.419.230
Subvenções	996.807	1.341.502
Glosas	-129.490	-79.535
TOTAL	53.915.572	53.362.647
Receitas com Restrição		
Receitas UPA Nova Descoberta (a)	16.313.830	15.948.538
Receitas UPA Caxangá (a)	17.037.382	17.019.584
Receitas Hospital Palmares (a)	47.648.747	42.668.478
Receitas Hospital Nazaré (a)	21.594.182	21.286.890
Receita SPA (c)	1.800.000	1.800.000
TOTAL	104.394.141	98.723.490
TOTAL GERAL	158.309.713	152.086.137

(a) Contratos de Gestão.

A Entidade firmou durante o exercício de 2010 um contrato de parceria com a Unidade de Pronto Atendimento - UPA Caxangá e em 2011 com a UPA Nova Descoberta, os Hospitais Ermírio Coutinho e Regional de Palmares Dr. Silvio Magalhães, para a gestão, operacionalização e execução das ações e

serviços de saúde, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, vigentes ainda em 2018.

Os recebimentos e os gastos realizados com os recursos provenientes destes contratos não geram benefícios econômicos para a Fundação, tais valores apenas transitam pelo resultado em regime de compensação, sem gerar nenhum efeito superavitário ou deficitário, conforme Resolução CFC nº 1.305/10, que trata do reconhecimento de Receita.

(b) Trabalho voluntário

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades.

(c) Receita SPA

Refere-se ao convenio firmado entre a Fundação e o Estado de Pernambuco, através da Secretaria Estadual de Saúde, com objetivo do repasse financeiro para realização do SPA - Serviço de Pronto Atendimento, incluindo os serviços de classificação de risco em ortopedia e traumatologia de médio porte, ofertados à população.

22. CUSTOS HOSPITALARES

Custos sem Restrição	2018	2017
Despesa com Pessoal Serviço Próprio	29.288.928	29.330.191
Serviços Médicos Pessoa Jurídica	5.433.466	8.043
Serviços Médicos Pessoa Física	1.406.289	1.889.639
Materiais Medicamentos e Similares	7.302.301	6.707.843
TOTAL	43.430.985	37.935.716
Custos com Restrição		
Despesa com Pessoal Serviço Próprio	63.988.758	63.031.937
Serviços Médicos Pessoa Jurídica	11.648.464	7.519.055
Serviços Médicos Pessoa Física	1.871.321	2.385.203
Materiais Medicamentos e Similares	12.671.773	12.695.125
Despesas Gerais	90.497	78.343
TOTAL	90.270.813	85.709.664
TOTAL GERAL	133.701.798	123.645.380

Os Custos Hospitalares estão relacionados a valores referentes aos setores operacionais da Instituição e foram segregados e classificados de acordo esta estrutura.



23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Serviços Diversos Pessoa Jurídica	12.375.030	17.717.331
Serviços Diversos Pessoa Física	1.112.974	1.159.094
Aluguéis	1.235.011	1.078.649
Energia	2.915.777	2.718.606
Água	521.964	479.052
Telefone	166.824	165.941
Depreciação	1.477.352	1.444.295
Outras Despesas	647.102	1.045.817
TOTAIS	20.452.034	25.808.784

As Despesas Administrativas estão relacionadas a valores referentes aos setores não operacionais da Instituição e foram segregados e classificados de acordo esta estrutura.

24. RECEITAS DIVERSAS

	2018	2017
Aluguéis	395.000	884.618
Recuperação de Despesa	292.368	534.095
Estacionamento	267.086	265.019
Venda Doação Receita Federal do Brasil	0	15.754
Outras Receitas Diversas	1.001	1.257
TOTAIS	955.455	1.700.744

25. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 20 do Decreto nº 8.242/14 e artigo 9º., item 1, "c", da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos: A Fundação no ano de 2018 cumpriu a meta de desempenho ficando acima de 60%.

Produção Internações (AIH) HOSPITAL MARIA LUCINDA

mês	AIH SUS		
	Contratualização	Produção	Desempenho %
jan/18	698	505	72%
fev/18	698	442	63%
mar/18	698	510	73%
abr/18	698	596	85%
mai/18	698	594	85%
jun/18	698	576	83%
jul/18	698	537	77%
ago/18	698	542	78%
set/18	698	534	77%
out/18	698	542	78%
nov/18	698	511	73%
dez/18	698	549	79%
Total	8.376	6.438	77%
Média	698	537	77%

Produção Ambulatorial (SIA) HOSPITAL MARIA LUCINDA

mês	AMB SUS		
	Contratualização	Produção	Desempenho %
jan/18	36.324	36.996	102%
fev/18	36.324	30.763	85%
mar/18	36.324	37.484	103%
abr/18	36.324	39.078	108%
mai/18	36.324	37.278	103%
jun/18	36.324	35.783	99%
jul/18	36.324	37.172	102%
ago/18	36.324	38.269	105%
set/18	36.324	37.631	104%
out/18	36.324	37.550	103%
nov/18	36.324	36.791	101%
dez/18	36.324	33.657	93%
Total	435.888	438.452	101%
Média	36.324	36.538	101%

26. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO

UPA CAXANGÁ

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES						
Saida Hospitalar	0	0	0	0	0	0
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
Consultas de Urgência	76.776	85.249	74.250	76.711	151.026	161.960
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	0	0	0	0	0	0

UPA NOVA DESCOBERTA

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES						
Saida Hospitalar	0	0	0	0	0	0
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
Consultas de Urgência	66.474	83.914	66.474	83.439	132.948	167.353
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	0	0	0	0	0	0

HOSPITALREGIONAL DE PALMARES


Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES						
Saida Hospitalar	3.852	5.103	3.852	4.902	7.704	10.005
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
Consultas de Urgência	45.000	92.957	45.000	95.659	90.000	188.616
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	15.000	15.456	15.000	16.014	30.000	31.470
Atividade Cirurgica						
Consultas	1.440	1.737	1.440	1.747	2.880	3.484

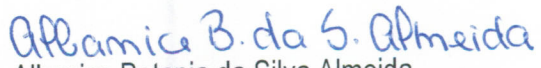
HOSPITAL ERMÍRIO COUTINHO

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES Saida Hospitalar	1.440	2.052	1.440	2.016	2.880	4.068
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA Consultas de Urgência	55.200	65.779	55.200	62.614	110.400	128.393
ATENDIMENTO AMBULATORIAL Consultas	4.200	4.669	4.200	5.124	8.400	9.793

Recife, 31 de dezembro de 2018.


Arnaldo José Almeida Gonçalves de Oliveira
Presidente


Fabíola Alencar Furtado
Tesoureira


Albanice Betania da Silva Almeida
Contadora CRC-PE 013.338/O-1